

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 11 de abril de 2014

Assunto: Audição do Ministro da Saúde, Paulo Macedo

A Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, vem alterar a organização da rede hospitalar em Portugal, condenando ao desaparecimento alguns serviços, nomeadamente serviços altamente diferenciados como seja, por exemplo, o serviço de cirurgia cardiotorácica e cardiologia pediátrica do Hospital de Santa Cruz, em Lisboa, ou o serviço de cirurgia cardiotorácica do Hospital de Gaia. Algumas maternidades ficam também sob ameaça de fecho.

Desde que este governo tomou posse, foram criados diversos grupos de trabalho para a reorganização hospitalar bem como para a reforma das urgências. Estes grupos de trabalho, bem como os estudos contratados e pagos a peso de ouro a consultoras privadas, não serviram para nada e uma simples Portaria atira-os para o caixote do lixo.

A citada Portaria cria quadro grupos de hospitais. Assim, as instituições do Grupo I apresentam exclusivamente uma área influência direta; encontram-se aqui as Unidades Locais de Saúde (ULS) do Alentejo, Baixo Alentejo, Litoral Alentejano, Castelo Branco, Matosinhos, Alto Minho, Nordeste, os Centros Hospitalares de Cova da Beira, Leiria, Baixo Vouga, Figueira da Foz, Guarda, Barreiro/Montijo, Setúbal, Oeste, Médio Tejo, Tâmega e Sousa, Alto Ave, Médio Ave, Entre Douro e Vouga, Póvoa de Varzim/Vila do

Conde, e os Hospitais de Cascais, Loures, Vila Franca de Xira, Santarém, Hospital Fernando da Fonseca, Santa Maria Maior.

As instituições do Grupo II têm uma área de influência direta e outra indireta, correspondente à área de influência direta das instituições do Grupo I e são as seguintes: Hospital Espírito Santo de Évora, Centro Hospitalar do Algarve, Centro Hospitalar Tondela-Viseu, Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, Hospital Garcia de Orta, Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho e Hospital de Braga.

As instituições do Grupo III têm uma área de influência direta, disponibilizando cuidados às populações pertencentes às áreas de influência direta dos Grupos I e II. Classificam-se no grupo III apenas cinco centros hospitalares: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, Centro Hospitalar de Lisboa Central, Lisboa Norte, São João e Porto.

Por fim, o Grupo IV integra hospitais especializados, designadamente o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, Lisboa e Porto, o Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul e do Centro, o Centro de Reabilitação do Norte, o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e o Hospital Magalhães de Lemos.

Ora, de acordo com estas classificações, as instituições do Grupo II não podem disponibilizar as valências de farmacologia clínica, genética médica, cardiologia pediátrica, cirurgia cardiorácica e cirurgia pediátrica. Em consequência desta disposição, os serviços de cardiologia do Hospital de Santa Cruz e do Gaia terão que deixar de existir.

Percebe-se que nada fica melhor quando se fecham alguns dos serviços mais diferenciados do país. Percebe-se que nada fica melhor quando se reduz o acesso dos utentes aos cuidados de saúde. Percebe-se que nada fica melhor quando se destroem as equipas. Percebe-se que nada fica melhor quando se diminui a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde em diversas valências. De facto, com esta Portaria todos ficam pior, exceto os serviços privados a quem o SNS acabará por ter que contratualizar serviços, alegando falta de capacidade de resposta do SNS. Esta opção, que já deu mau resultado na Região de Lisboa e Vale do Tejo com a contratualização de serviços ao Hospital da Cruz Vermelha, corre o risco de ser alastrada a todo o país, para mal dos utentes e do SNS, mas para gáudio dos privados.

Por último, esta Portaria anula por completo o interesse e a utilidade dos planos estratégicos que os hospitais estão a elaborar a pedido do mesmo Ministro da Saúde e de cuja elaboração e aprovação o Governo fazia depender a reforma da rede hospitalar.

Esta situação tem de ser esclarecida com a maior celeridade, pelo seu responsável máximo, o Ministro da Saúde.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Ministro da Saúde, Paulo Macedo.

Os Deputados do Bloco de Esquerda,

João Semedo

Helena Pinto